

**Relatório da Comissão Organizadora
Da
Universidade de Campinas
Ao
Egrégio Conselho Estadual de Educação**

Senhor Presidente:

A comissão Organizadora da Universidade de Campinas, nomeada por ato do Senhor Governador, baixada em 11 de setembro de 1965, tem a honra de dirigir-se a Vossa Excelência e, por seu alto intermédio, ao egrégio Conselho Estadual de Educação, para apresentar-lhes o relatório das atividades por ela até hoje desenvolvidas e dos atos que praticou, no sentido de dar cumprimento aos encargos que lhe foram cometidos de continuar a implantação da Faculdade de Medicina e de estudar e planejar a instalação das demais unidades integrantes da Universidade de Campinas, criada pela Lei Estadual nº7.655 de 28 de dezembro de 1962. Cabendo ainda ao Presidente da Comissão “responder pelo expediente da reitoria e a prática dos atos necessários para assegurar o normal funcionamento da Faculdade de Medicina e para realizar o processo de organização da Universidade,”far-se-á desde logo um relato sucinto das medidas tomadas no sentido de regularizar a vida científica - didática e administrativa da Universidade , recolocando-a no bom caminho da ciência e à sombra protetora das leis do ensino e da pública administração das quais se afastara por vezes perigosamente.

Dispensamo-nos de repetir aqui por serem conhecidas do egrégio Conselho as contingências que afinal o conduziram a propor ao governo do Estado a designação da Comissão Organizadora. Elas foram meticulosamente analisadas através sobretudo do brilhante parecer do **Prof. Dr. Honorário Monteiro** e do não menos brilhante estudo relatado pela **Prof.^a Dr.^a Esther de Figueredo Ferraz**, aprovado pelo Conselho Pleno.

A – Providências da Comissão Organizadora

Deve-se assinalar, preliminarmente, que uma vez empossada e instalada em setembro de 1965, passou a Comissão Organizadora a reunir-se regularmente uma vez por semana às terças-feiras, para discutir e decidir sobre assuntos técnicos - científico – administrativos de toda ordem, sem prejuízo das atividades executivas e de administração rotineira atribuídas ao seu Presidente

1- Pessoal Administrativo: - Dispensados 4 Diretores (Administrativo – Econômico – financeiro – Cultura e Diretor Geral)- todos da referência 81 a 83 mais 70% de gratificação, além do chefe de Gabinete, ref.81 e de 1 Assistente de Gabinete ref.53. Esses cargos não foram preenchidos e são exercidos todos pelo Presidente da Comissão Organizadora, que conta apenas para o auxiliar com um Secretário, ref.53, - Economia anual aproximada: 30 milhões de cruzeiros. Aqueles funcionários além de desnecessários funcionalmente, foram dispensados por haveres sido admitidos como extra numerários mensalistas isto é, pelo regime da C.L.E. ao arrepio da Lei nº7.655 & 2º do art. 23 que obriga a admissão pelo regime da C.L.T. de todos os funcionários técnicos e administrativos

Por afronta também, do texto legal outros Chefes de Seção e de Setor admitidos pelo regime da C.L.E. tiveram sua situação alterada para o da C.L.T.

- 2- Pessoal Docente:** - Na quase totalidade do excelente padrão, havia porém contratado por ato do Reitor, a maioria em regime de Tempo Integral, sem prévia aprovação da Comissão Permanente de Regime de tempo Integral (C.P.R.T.I.) e decreto do Sr. Governador, em cada caso, como determina explicitamente a Lei nº4.477.

Alfronta à Lei invasão de atribuições do Chefe do Governo. A Comissão Organizadora desenvolveu intenso trabalho para regularizar todos os casos submetendo-os, á aprovação da Câmara do Ensino Superior, da C.P.R.T.I. E DO Senhor Governador.

Para a regência das cátedras novas da 4º série, instaladas e, 1966, e sem falar dos auxiliares de ensino, foram designados após rigorosa seleção os seguintes professores:

Bioestatística: Prof. RUBENS MURILLO MARQUES;

Obstetrícia e Ginecologia: Prof. BUSSAMARANEME;

Otorrino - laringologia: Prof. GABRIEL PORTO;

Oftalmologia: Prof. ANTONIO AUGUSTO DE ALMEIDA;

Pediatria: Prof. J.R.OIKY;

Neurologia: Prof. OSWALDO FREITAS JULIÃO

A Comissão Organizadora pode assegurar a alta qualificação científica e moral desses professores, todos eles Docentes – Livres. Só não é Docente – Livre o regente da cadeira de Psicologia Médica, por isso mesmo admitido na categoria de Instrutor.

Razões:

1-Não há ainda no país doutores ou docentes nessa disciplina por ser nova; foi aliás estabelecida pela primeira vez entre nós pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da USP.

2-O Dr. Roberto Pinto de Moura regente é médico psiquiatra conceituado de excelente formação psicanalista, indispensável a compreensão dos problemas de psicologia humana em nível profundo.

- 3- Verbas:** - Ao assumir as funções, em setembro de 1965, verificou a Comissão Organizadora, que haviam sido perdidas verbas do PLADI concedidas para 1964

(C\$ 200.000.000) e que não fora solicitada qualquer dotação para 1965. Hora, as verbas do chamado PLADI, destinam-se exatamente à implantação de serviços novos, como é o caso da Universidade de Campinas e, sobretudo da sua Faculdade de Medicina que vai instalando ano a ano, novas séries. Contávamos pois apenas com o orçamento de manutenção e, este mesmo, prejudicado por não Ter sido solicitada, além daqueles, a verba de 190 milhões concedida para prover o aumento de vencimentos do pessoal docente e administrativo , a partir de 1º de janeiro de 1965.

Não foi das mais fáceis, como se pode imaginar, a tarefa imperativa afinal realizada de conseguir dotações suplementares para a implantações das séries novas da Faculdade de Medicina para pagamento do aumento dos servidores e, ainda para construção do primeiro edifício de laboratórios da Cidade Universitária. Este assunto será ventilado em outro capítulo.

No momento e graças sobretudo à alta compreensão do Senhor Governador Laudo Natel, temos concedidos e à nossa disposição C\$ 606.000.000, para aquele edifício. No orçamento do ano próximo de 1967, foi consignada a dotação de C\$5.000.000.000 para a implantação dos Institutos Centrais e novas Faculdades, além de quase 1,5 bilhões como orçamento de manutenção.

- 4- **Pesquisa Científica:** - Dispondo de corpo de Professores, Assistentes e Instrutores em R.T.I, com a capacidade e o dever de promoverem a investigação científica original, faltavam-lhes todavia duas condições essenciais: equipamentos modernos e revistas científicas.

Quanto ao instrumental, apenas o Departamento de Histologia e Embriologia estava razoavelmente provido. Revistas Científicas estrangeiras havia pouco mais de meia dúzia recebidas por assinatura.

Para solução dessas dificuldades promoveu-se a compra de numerosos instrumentos por importação direta das fábricas, sobretudo americanas, inglesas e da Alemanha Ocidental, por menos da metade do preço que seria pago, se a aquisição fosse feita na praça de São Paulo. Decorrido 15(quinze) meses, podemos assegurar que todos os laboratórios dispõem de equipamentos, senão na quantidade desejável, ao menos de qualidade excelente e permitindo a realização de algumas técnicas essenciais. Revistas científicas estrangeiras agora assinadas: 300 (trezentas).

Como resultado imediato, começou a produção científica original de bom nível, às vezes excelente traduzido em trabalhos publicados, elaboração de tese de doutorado, comparecimento com trabalhos originais à vários congressos e simpósios internacionais e alhures.

- 5- **Atividade Didático:** - A regularização da situação funcional dos membros do Corpo Docente já existente, angustiados e inseguros, pois estavam cientes da irregularidade na forma da sua admissão, fê-los readquirir a tranqüilidade interior, sem a qual não há trabalho didático eficiente, pela razão simples de que a inquietude, e temor e o pessimismo dos professores contagiavam os estudantes, como era natural, desenvolvendo-se o clima emocional que os levava à agitação. Por outro lado, a chegada de novos e modernos equipamentos, além de centenas de livros e revistas criou um ambiente de otimismo, também contagiante e altamente propício ao desenvolvimento do ensino e pesquisa.

- 6- **Prédios:** - Está aqui mas, graças a Deus, em vida de solução imediata, o ponto de Estrangulamento das atividades de desenvolvimento da Universidade de Campinas.

A Situação encontrada: - Os laboratórios e salas de aulas das Cadeiras básicas da Faculdade de Medicina, além da Reitoria, da Biblioteca e das secções burocráticas (Contabilidade, Tesouraria, Almoxarifado, Secção de Expediente, Protocolo e Arquivo e de Alunos), estavam localizados todos **em parte inacabada do edifício da Maternidade de Campinas**, parte cedida por empréstimo, mediante aluguel, por apenas um ano e já lá iam quase 3 anos de ocupação apesar de compromisso formal assumido. O fato é que a Universidade não tinha de seu um único barracão

Claro está e era natural, que os dirigentes da Maternidade nos exigissem o cumprimento do compromisso assumido pela administração anterior eis que deviam, de seu lado, como é obvio, cumprir a obrigação de atender parturientes, sobretudo as pobres, pois o edifício fora construído, a duras penas, através de contribuições populares

B Solução dada ao problema pela Comissão Organizadora: - Sucede que o problema de conseguir terreno e de construir os **laboratórios de ciências básicas** da Faculdade de Medicina não podia e nem devia ser encarado pela Comissão Organizadora como um fato isolado e sim num amplo contexto de uma Universidade, isto é, com as outras Faculdades, essas também conscientes básicas iguais ou afins e que pela Lei que criou (7.655 de 1962), já estabeleceram a existência dos Institutos que centralizem o ensino básico de todas as Faculdades. O que a Comissão Organizadora

não podia, não devia e nem queria, era dar solução parcial e estreita, limitada à Faculdade de Medicina, quando a tarefa que lhe impuseram o governo a este Conselho, era a de tomar medidas adequadas à implantação da Universidade.

Por natural e compreensível precaução, o que desejava a Comissão Organizadora era evitar a qualificação futura de estreiteza mental por parte deste C.E.E., do atual governo, da população da região capitaneada por Campinas e do Governo que propôs à Assembléia Legislativa e esta aprovou, a criação de uma Universidade, e não de um Instituto isolado, tudo como decorrência de estudos preliminares cuidadosos, demonstrativos da legitimidade social e da conveniência cultural do empreendimento proposto.

Para a solução parcial fácil teria sido conseguir terreno urbano, por doação oficial ou particular, mas naturalmente exíguo. Em termos porém de Cidade Universitária, necessitávamos de área não inferior a 20 alqueires paulistas (450.000m²) dotada já de melhoramentos públicos.

É certo que a Fundação Caio Pinto Guimarães fizera doação de área de 20 alqueires na administração anterior. Verificou porém a Comissão Organizadora, ser inaceitável pelas seguintes razões:

- a) localização de área doada à vários quilômetros do asfalto exigindo, ademais, a construção de uma ponte sobre um rio. A despesa para levar até o terreno os melhores públicos, foi calculada em aproximadamente C\$ 500.000.000;
- b) doação condicionada à elaboração do projeto da Cidade Universitária, por um determinado arquiteto. A imposição era impossível de se aceitar, por mais ilustre que fosse, e era o nome imposto;
- c) a construção seria feita pela Fundação Pinto Guimarães subvencionado anualmente pelo Estado;
- d) terreno montanhoso e de má qualidade para o fim proposto

Certo é também, que o nobre e eminente Deputado Federal **Herberty Levy** procurara tenazmente dar solução ao problema, através do projeto de Lei que apresentou a Câmara Federal, autorizando o Instituto Brasileiro de café doar, a Universidade de Campinas a Chácara Taquaral, com uma área de 13 alqueires de sua propriedade mas abandonada, localizada na área urbana da cidade. Ainda que não possuindo a dimensão total, teria sido interessantíssimo para a Universidade, construir ali sua Cidade Universitária.

O IBC opôs tantas dificuldades ao andamento do projeto e apresentou informações tão capciosas tentando mostrar a imprevidibilidade do terreno para seu uso que, apesar da luta desenvolvida pelo ilustre Deputado Herberty Levy até agora o projeto não foi aprovado. E mesmo que o fosse IBC quase certamente não efetivaria a doação. E sucede que não podíamos esperar, considerada a urgência da nossa necessidade e a improbabilidade da efetivação da doação.

Expondo o velho amigo e ilustre cidadão paulista Adhemar De Almeida Prado, possuidor de uma Fazenda na zona suburbana de Campinas, a dificuldade em que se encontravam a Comissão Organizadora, ofereceu-nos S.Exa. de imediato a doação incondicional de 30 alqueires (790.000 m²), à escolha da Comissão Organizadora, à beira de um lago, rodeada de colinas suaves, sendo a terra de primeira qualidade. Sobre a área ofertada passa a linha de força de 13.200 volts da Campanha Paulista de Força e luz. Tínhamos assim a solução ideal do problema e exposta e aprovada pelo Senhores Presidentes e Oswaldo Muller da Silva, este na dupla

qualidade de Presidentes do C.E.E. e Secretário da Justiça. Pelo alto intermédio do Dr. Oswaldo Muller da Silva foram os planos da Comissão Organizadora explanados ao ilustre Governador Laudo Natel. Compreendendo sua Excelência, de imediato, a perspectiva feliz que se abria, de se realizar o objetivo por todos almejado, da construção da Cidade Universitária, só expediu o decreto de desapropriação por utilidade pública da área oferecida pelo valor simbólico de um cruzeiro, como também liberou verbas no valor de C\$606.000.000 para a construção do primeiro edifício com área habitável de quase 5.000m². E como o projeto deste edifício, notável pela sobriedade, já estivesse pronto, realizado pelos arquitetos: João Carlos Bross e Altino dos Santos, obedecendo a diretrizes funcionais ditadas pela C.Q., pode-se abrir de imediato a concorrência pública e lançar a pedra fundamental em solenidade histórica (5 de novembro de 1966), presidida pelos Senhores Presidentes da República e Governador do Estado, com a presença honrosa do Governador Eleito, de Ministros e Secretários do Estado, do Presidente do C.C.e. e de vários ilustres Conselheiros, além de numerosas outras autoridades civis, militares e eclesiásticos. Os trabalhos de construção avançam aceleradamente, esperando seu término para o início de março de 1967, isto é, a tempo de lá iniciarmos os cursos do próximo ano letivo. Sobre a destinação imediata e mediata desse primeiro edifício no contexto da Cidade Universitária, cuidaremos em capítulo posterior.

B- Planejamento

Ao mesmo tempo que procurávamos solução para o problema de localização da Universidade, cogitávamos também de como cumprir a determinação que recebermos de planejar a instalação da Universidade, isto é, da implantação dos novos cursos. Evidentemente, num país em que tudo são necessidades, haveríamos de estabelecer prioridades em função da demanda imposta por necessidades sócio-econômicas.

Houvemos também de tomar em boa conta que a Universidade Católica de Campinas, sob a alta direção do ilustre Conselheiro Monsenhor SALIM, já ministra, e com sucesso, os cursos de Direito, de Economia e Administração, de Ciências Sociais e de Matemática, além do, de Odontologia, subvencionado este pelo Estado, estando pois satisfeitas as necessidades da região nesses setores da atividade.

Em verdade, não foi difícil à Comissão Organizadora sentir e captar, como a seguir se relata, as demandas mas prementes da coletividade em entrar em ação no sentido de satisfazer-las ordenadamente e planejadamente, tendo sempre em boa mente as possibilidades de corpo docente, de instalações adequadas e de centralização de cursos comuns várias disciplinas. Assim procedendo, o objetivo Comissão Organizadora é evitar que pressões sociais de toda ordem imponham soluções de afogadilho destorcidas tecnicamente, soluções que resultam quase sempre em empreendimento poucos eficientes ainda que de alto custo para os cofres públicos.

Escola de Enfermagem

É verdade de todos conhecidos a absoluta carência de enfermeiras no Brasil. Não seria imprudente afirmar que, na presente situação, há no país mais falta de enfermeiras que de médicos, ainda quanto ao número destes seja mesquinhos em

relação a necessidade da população. Campinas é um grande centro hospitalar sentindo agudamente a falta de enfermeiras qualificadas sem falar das técnicas auxiliares de enfermagem. O problema foi aliás meticulosamente tratado exposto ao Conselho através do brilhante e fartamente documentado estudo realizado pela nobre Conselheira Madre Maria Imaculada Leme Monteiro, ilustre Superiora Provincial da Congregação de São José de Chambery, congregação que dirige e mantém várias excelentes Faculdades de Enfermagem no país. Dentre elas está a Faculdade de Enfermagem no “Madre Maria Teodora,” localizada na Santa Casa de Campinas, agregada à Universidade Católica de Campinas e dirigida pela altamente competente e dedicada até ao sacrifício, Irmã Maria de Fátima Gonçalves da Silva.

Por motivos superiores esta Faculdade foi obrigada a não aceitar novas matrículas no início de 1966, fato que obrigou a Comissão Organizadora a cogitar desde logo instalação de outra que venha substituí-la e dar continuidade à formação de enfermeiras qualificadas de que necessitamos, não só para os 250 leitos da Santa Casa que, por convênio, estão sob a responsabilidade da Faculdade de Medicina, como também para atender às futuras necessidades do Hospital das Clínicas que preliminares para o projeto deste Hospital estão sendo elaboradas pelo Dr. Paulo Gomes Romeo, membro da comissão Organizadora e já de verba adequada, no orçamento de 1967 para o projeto e construção das fundações.

Para o início dos cursos de enfermagem conta a Faculdade de Medicina com os professores das disciplinas básicas de Microbiologia, Parasitologia, Bioquímica, Fisiologia, Farmacologia e Terapêutica, assim como dispõe de laboratórios equipados para o ensino.

Faltam-nos porém professores para as várias cadeiras específicas de superior e de alto padrão científico e moral. Convidamos então a Prof.^a Dr.^a Glette de Alcantara, Diretora da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, é a única catedrática de Enfermagem do Brasil, para coordenadora dos cursos. Para satisfação nossa o convite foi aceito e já esta escolhendo os nomes dos que hão de lecionar as cadeiras específicas. Está convencionada a Comissão Organizadora de que estará, por essa forma desde já assegurada a alta qualidade ética e científica da nova Faculdade na hipótese de ser a nossa proposta aprovada pelo egrégio Conselho Estadual de Educação.

Engenharia

No decurso do corrente ano, sobretudo a partir do 2º semestre, tem a Universidade sido instantaneamente procurada e solicitada por representantes de grandes indústrias ou através de entidades representativas (FIESP-CIESP), para expor e demonstrar a necessidades imperiosa que sentem os grandes e médios industriais de serem iniciados os cursos de Engenharia da Universidade de Campinas. Argumentavam com números impressionantes, a começar pelo valor dos capitais nelas aplicados, no valor de 500 bilhões de cruzeiro só no município de Campinas sem falar de outras grandes indústrias de regiões próximas e das previsões de expansão do parque industrial. Provaram a carência de engenheiros qualificados sobretudo, para Engenharia Mecânica, Engenharia Elétrica e Eletrônica e Engenharia Química. Para demonstrar que estavam realmente carentes de mão de obra especializada, disseram-nos que haviam construído e equipado por conta delas, um excelente edifício destinado de instalar uma escola de Engenharia. Á vista porém da existência da Universidade vinham oferecer todas as

facilidades de suas indústrias para que ela, com a capacidade seletiva de corpo docente, pudesse assegurar a boa qualidade dos professores e implantar desde logo os cursos daquela escola.

A Comissão Organizadora convidou então, formalmente, para uma reunião, realizada a 13 de setembro, os representantes das indústrias, através da Delegacia Regional do CIESP-FIESP a fim de assentarmos idéias e compromissos e de solicitar-lhes especificamente:

DR. JOSÉ ANTONIO MARANHÃO-	Delegado Regional do CIESP-FIESP
DR. JURANDYR SALZANO FIORI	Equipamentos Clark S/A -Conselheiro do CIESP-FIESP. Indústria Brasileira de Artefatos de Ferro. I.B.A..F S/A
DR. NANDIN ELIAS THÂME	-Delegado Regional do BESI
LINO TATTO	-Singer do Brasil S/A e Conselheiro da CIESP
DIETRICH J. VAGELER	-Robert Bosch do Brasil
ENG. SANCHO MORITA	-Equipamentos Clark S/A
OZIAS PEREIRA GONÇALVES	-Equipamentos Clark S/A
ENG. ENIO LORENZETTI	-Bendix do Brasil Ltda
DR. OMAR BITTAR	-General Electric S/A
DÉCIO PEREIRA DE SOUZA	-General Electric S/A
DR. FRANCIS RYSTEN EDEN	-Dunlop do Brasil S/A e Conselheiro CIESP
BATISTA TASCA	-Ind. Gessy Lever e Conselheiro do CIESP
JOSÉ OSNIR PEROSSI	-Tecidos Pluma S/A
BENVINDO DE OLIVEIRA	-Rigesa S/A
PIERRE TILKIAN	-Lanificio Campineiro e Conselheiro CIESP
ANTONIO CARLOS MORETTA	-Minnesota Manufatureira e Mercantil(3M) Ltda
IRÊNIO FONSECA	-Cerâmica Martini S/A

Após ouvir a esplanção do Dr. José Antonio Maranhão sobre a preocupação e as dificuldades atuais das indústrias para obtenção de engenheiros capacitados e de como sentiam que o problema se agravaria, a ponto de dificultar a expansão industrial incorrecível; a Comissão Organizadora expôs por uma vez o seu pensamento em relação ao assunto e que assim se pode resumir:- A Universidade considera como de sua estrita obrigação ministrar o ensino das cadeiras básicas, em nível alto e em seus laboratórios ensino capaz de fornecer ao futuro engenheiro sólido alicerces científicos que habilite não só a compreender e praticar as técnicas consagradas como também a resolver problemas inesperados. Ensinará também aplicada da formação profissional. Não pode todavia, por rica que seja, dispor de grandes equipamentos que só as indústrias podem adquirir e renovar em função do progresso tecnológico e de natural competição entre as indústrias similares. Essa é aliás a razão do fenômeno, observadas em todas as partes, da defasagem entre o que a Escola de Engenharia ensina e que exige a Tecnologia industrial constantemente renovada. Em conseqüência solicitada a Comissão Organizadora o compromisso das indústrias de porém à disposição da Universidade e suas instalações fabris não apenas para os estágios dos estudantes mas também com o ensino regular, programático e normativa de disciplinas específicas. Foi-lhes exposto também que sendo do conhecimento da Comissão Organizadora a existência em várias das grandes indústrias de Campinas de engenheiros altamente credenciados e com experiência de ensino em Universidades

americanas e européias, solicitava-se que esses elementos, mediante a aprovação dos seus currículos pela C.E.S., pudessem fazer parte do corpo docente da Universidade sem prejuízo de suas atividades nas indústrias. A Comissão Organizadora passou depois a demonstrar objetivamente as vantagens numerosas de uma tal política não só para a Universidade que passaria a “Ensinar para a vida não para a escola” (Non Scholae sed vitae dicimus) tudo com economia substancial para o Estado mas também e sobretudo para as próprias indústrias. As vantagens para a indústria seriam as seguintes:

- a) Passagem, através das fábricas, por meses consecutivos, de uma corrente contínua de estudantes dentre os quais os dirigentes iriam selecionando os mais capazes como futuros engenheiros da respectiva organização.
- b) O estímulo ao aperfeiçoamento e à atualização dos conhecimentos dos engenheiros das fábricas que ministrem o cursos.
- c) A presença dos estudantes na fábrica, com a sua crítica irreverente, estabelecendo comparações de capacidade e fazendo perguntas técnicas por vezes indiscretas, estimula também os demais engenheiros à atualização dos conhecimentos.
- d) Os engenheiros mais altamente qualificados das fábricas são muitas vezes “roubados” por outras indústrias competidoras de outras regiões sobretudo de São Paulo. Se porém, além da atividade na indústria, tiverem esses engenheiros responsabilidades de ensino, é seguro que esta circunstância constitue elemento de fixação pois além do salário adicional da Universidade, é bem sabido de todos nós que ensinar confere satisfação espirituais extremamente atrativas.

Por fim a Comissão Organizadora solicitava ademais e se estivessem

De acordo com as nossas ponderações, que nos apresentassem um ante projeto dos cursos a serem ministrados pela Escola de Engenharia da Universidade, baseada na experiência que só eles tinham das reais necessidades da industria. Pedia-se, também a apresentação dos “currículo vitae” dos engenheiros mais diferenciados de cada fabrica para serem eventualmente considerados pela Comissão Organizadora e pela C.E.S. como possíveis elementos docentes da Universidade.

Com a palavra os representantes da indústria afirmaram, textualmente, não só integralmente acordo, como o seu entusiasmo pelas idéias espendidas pela Comissão Organizadora, comprometendo-se a apresentar em poucos dias o ante-projeto de estrutura didática que lhes pedimos.

Realmente a 20 de setembro recebeu a C.O cuidadoso estudo a este anexado e elaborado pela seguinte Comissão de Engenheiros:

F.E.bertolucci	-	Equipamentos
J.S.Fiori	-	Indústria Brasileira de Artefatos de Ferro
J.J.Havlik	-	Singer do Brasil
E.Lorenzetti	-	Bendix do Brasil
S.Morita	-	Equipamentos Clark
D.J.Vageler	-	Robert Bosch do Brasil
L.Vilkoszinski	-	General Electric

Em seu bem elaborada estudo, no qual se percebe nitidamente a experiência universitária dos Engenheiros da Indústria considerou a Comissão em primeiro lugar o dimensionando da nova Faculdade de Engenharia em função dos seguintes elementos:

- a) necessidade anual de engenheiros das principais indústrias de Campinas.
- b) Dissipação para outras regiões

c) Número de vagas nas modalidades análogas em outras escolas de Engenharia do Estado de São Paulo

A comissão julga que o número de matrículas na principal série deve alcançar até 120 alunos de escalonamento ou seja do aumento progressivo seguinte: 1967-40 vagas; 1968-80; 1969 em diante 120 vagas. Poderando as necessidades mais permanentes das indústrias da área de Campinas a Comissão sugere o estabelecimento dos cursos de engenharia mecânica e de Engenharia elétrica. Deixa claro porém que não deve a Universidade restringir-se a estas duas modalidades de cursos.

O relatório completa-se com o organograma dos currículos estabelecendo as matérias fundamentais e de aplicação assim como o número de créditos horários semestrais a serem preenchidos por cada matéria através de minucioso calendário e índice quantitativo de aulas. Propõem também seriação das disciplinas por semestres ao invés de anos letivos e pela diminuição das atuais férias escolares, a redução da duração dos anos para quatro anos. Nota-se que os currículos propostos exigem mais do que os mínimos estabelecidos pelo Conselho Federal de Educação.

A Comissão de Engenheiros da Indústria “considera como fator primordial na constituição da Escola de Engenharia da Universidade da área de Campinas para o que sugere uma articulação permanente mediante criação de uma comissão técnico-consultiva para cada especialização.”

De posse desse elementos indicados da real necessidade de instalação dos cursos de engenharia, quis ainda a Comissão Organizadora que o assunto fosse previamente ventilado perante a egrégia C.E.S. através de seus ilustres Presidentes Prof. Honorário Monteiro, foram a Campinas alguns de seus membros, aproveitando-se a oportunidade para visita ao Instituto de Pesquisa e de Tecnologia e Alimentos Tropicais. Reunidos na sala de Faculdade de Medicina puderam o eminente Presidente Honorário Monteiro e demais membros da C.E.S. ouvir do **Dr. Luiz Antonio Maranhão**, que falava em nome da CIESP, as afirmações e os problemas de indústrias já exposto.

Apesar de tudo quanto se relatou e desejando reassegurar à C.O. a colaboração efetiva das indústrias campineiras à possível nova Escola de Engenharia, foi o Presidente da Comissão convidado para um almoço reunião, agora com os próprios dirigentes americanos, ingleses e alemães das grandes fábricas já mencionadas e de outras exigências que impunha e foi realmente agradável ouvir de todos o acordo entusiástico com as novas concepções e pretensões.

Uma vez bem assegurados da necessidade sócio-econômico da implantação da escola de engenharia e da participação efetivadas das indústrias restavam-nos adquirir dois elementos de convicção nos garantissem poder afirmar ao egrégio Conselho Estadual de Educação a viabilidade de criação e a qualidade do ensino a ser ministrado na Faculdade de Engenharia, ao mesmo nas primeiras séries: 1 Direção e corpo docente idôneos; 2 Equipamentos e espaço físico.

1-Direção e Corpo Docente: Ao cogitar da possibilidade da implantação dos Institutos de Ciências básicas criadas pela lei 7.655, Institutos nos quais se ministrará o ensino básico de todos os cursos de formação profissional, entendeu a C.O que devemos escolher cientistas respeitados para a tarefa de coordenar as medidas preliminares de indicação dos nomes dos que deveriam compor os quadros docentes daqueles Institutos, assim como para orientar-nos na aquisição dos

equipamentos e necessidades de espaço físico para as instalações iniciais. Foram para essas finalidades, convidados os Professores: **Marcello Damy de Souza Santos** (Instituto de Física); **Giussepe Cilento** (Instituto de Química); **Rubens Murillo Marques** (Instituto de matemática e estatística); **Walter A. Hadler** (Instituto de Biologia). Tratando-se de cientista dos mais qualificados e, em consequência, profundos conhecedores dos que dedicam às respectivas especialidades, tínhamos desde logo assegurado o bom êxito da difícil primordial tarefa de seleção do corpo docente. A eles foi delegada total autoridade e conseqüente responsabilidade nas indicações, como é de boa norma. Os resultados felizes não tardaram a aparecer.

Física: Indicou-nos o Professor **Marcello Damy** o nome do engenheiro **José Fonseca Valverde**, cujo “curriculum vitae” a este anexado é, em resumo o seguinte:

- a) Engenheiro Militar e depois Professor da Escola Técnica do Exército, membro do grupo de pesquisas do Instituto Brasileiro de Pesquisa Físicas, a convite do seu então diretor Prof. César Lartes.
- b) Estágio de dois anos sobre a orientação de Eurico Fermi em Chicagoi.
- c) Master of Science, Ph. D. e Researches Fellow da Universidade de Stanford.
- d) Professor e Diretor do Departamento de Eletricidade da P.U.C. do Rio de Janeiro.
- e) Responsável pelas instalações do primeiro computador eletrônico no Brasil.
- f) Coordenador da reforma dos cursos de engenharia da P.U.C e da Escola Técnica do Exército.
- g) Engenharia responsável desde há 6 anos pelo Departamento de Engenharia Elétrica da General Eletric (Rio de Janeiro), onde também prepara engenheiros especializados em computadores para empresa. É campineiro, quer voltar à sua terra e ao ensino, dispondo-se, a trabalhar em R.D.I.D.P, isto é, dedicar-se exclusivamente à Universidade.

Com tais credenciados e tal experiência de ensino, da pesquisa e da vida industrial, está certa a C.O, de que dificilmente se encontraria entre nós, personalidade tão bem indicada, não só para o ensino da física como para ser o Diretor da Escola de Engenharia.

Assegurou –nos aliás, o Prof. **Vaverde**, que desde logo está capacitado a indicar outros docentes de boa categoria sua equipe ou de outras Instituições, tarefa que aliás está também assegurada pelo Professor **Marcello Damy**.

Química: Além de sua própria colaboração no ensino, pelo menos durante os dois anos permitidos pela Universidade de São Paulo, o Professor **Giussepe Cilento** que é catedrático de Química Orgânica e Biologia da F.F.C.L. da USP indicou-se os seguintes elementos cujos curriculum-vitae seguem em anexo e que aceitariam a indicação:

- 1) **Prof. Nicola Petagnani** – Livre docente em R.D.I.D.P. da Escola Politécnica da USP. - para professor de Química Orgânica.
- 2) **Prof. Aurora Albanese** - Doutorado e Prof.^a Assistente da F.F.C.L. da USP em R.D.I.D.P. para Assistente de Química Orgânica.
- 3) **Prof. Geraldo Vicentini** - Doutor e Prof. Assistente da F.F.C.L. da USP em R.D.I.D.P. para professor de Química Geral e Inorgânica.

4) Prof. Luiz Moraes Pitombo – Doutor e Prof. Assistente da F.F.C.L. em R.D.I.D.P. para Professor de Química Analítica.

Nota: Todos os indicados tem publicado numerosos trabalhos originais em Revistas Científicas nacionais e estrangeiras.

Além desses, outros nomes estão sendo cogitados pelo **Prof. Cilento** com probabilidade de aceitação como por exemplo os dos Professores **Paulo Krumpolz** (Físico-Químico) e **Giovanni Brunelo** (Química tecnológica geral). Devemos informar ainda que quer o Instituto Agrônomo como o de Pesquisadores no setor de Ciências Químicas e de laboratórios magnificamente equipados para o ensino e a pesquisa. A C.O naturalmente já está em entendimentos preliminares para estabelecer convênios com essas Instituições.

Matemática e Estatística: - O Professor Dr. **Rubens Murillo Marques**, coordenador convidado é um dos poucos brasileiros especializados em Estatística Matemática, integra desde já o corpo docente da Universidade. Por sua indicação e convite, já recebemos o currículo do PH.D. em Matemática pela Universidade da Califórnia (Berkeley) cuja reputação nesse setor é universalmente reconhecida.

Como Instrutor indicou-se o Eng. Eletrônica **Imre Simão** especialista em computadores e técnicos de cálculo numérico que já desde estudante vem diferenciando-se na especialidade e como elaborador de numerosos trabalhos no Centro de Computação Eletrônica do Instituto de Pesquisa Matemática da USP.

O Professor **Rubens Murillo Marques** está estabelecendo contatos com matemáticos brasileiros ora no exterior para o crescimento gradual do Instituto. Todavia, com os nomes já existentes podemos nos assegurar do ensino regular da matemática nas primeiras séries.

Biologia: Para este setor de conhecimento humano e para os cursos que se pretende instalar já dispõem a Universidade de excelentes professores atualmente dedicados ao ensino das cadeiras básicas dos cursos médicos.

2 Equipamentos, Biblioteca e Espaço Físico: Os equipamentos, os livros e revistas científicas necessários à ministração dos cursos de Física, de Química e de Matemática já importação direta em fábricas especializadas alemãs, americanas e inglesas.

Já temos as faturas pré-forma, as verbas disponíveis e o compromisso das firmas de entrega dos materiais no máximo até a egrégio C.E.E. à proposta de início dos anos, para a efetivação de encomenda. Evidentemente já dispomos de excelentes equipamentos para o ensino e a pesquisa no ramo das Ciências Biológicas. Quanto a localização dos laboratórios e salas de aulas dos Institutos de Ciências Básicas já dissemos algo no capítulo anteriores a propósito do edifício ora em construção e cuja pedra fundamental foi lançada pelo Senhor Presidente da República.

Tratando –se porém de problema que cai no contexto mais amplo da construção da cidade Universitária e como tal deve ser tratado, a ele volveremos quando da exposição sobre o planejamento das construções daquela cidade.

Faculdade de Tecnologia de Alimentos: Foi aliás a primeira de que cogitou a C.O e como resultado da visita que fizemos no início deste ano aos laboratórios básicos e as esplendidas instalações de nível semi-industrial do Centro Tropical de Pesquisas e Tecnologia de Alimentos, localizado em Campinas, estabelecido com o auxílio substancial e conjugado do Governo do Estado e da FAO. Na oportunidade após

havermos percorridos todas as instalações semi-industriais e laboratórios de pesquisas o ilustre Engenheiro Dr. **Andre Toselo**, fez nos relato minucioso das atividades, fim do Instituto, único no hemisfério sul e destinado a dar assistência técnico-científico às indústrias de alimentos. Aprendermos, através de sua palavra, que no Brasil a soma dos capitais aplicados nas centenas de fábricas que industrializam alimentos de todos os tipos só é inferior aos aplicados na indústria petrolífera e que nos E.E.U.U. supera os desta. Apesar disso não há não só no país mas em todo o hemisfério sul, uma só escola destinada a formação de profissionais especializados em Tecnologia de Alimentos. O que há sim é que certas Faculdades, ministram algumas disciplinas relacionadas ao assunto, de mistura porém com dezenas de outras que pouco tem a ver com a tecnologia de alimentos, por se destinarem a outros fins. Nenhuma porém cuida planejamento mediante um programa equilibrado, completo e complexo, da Tecnologia de todos os tipos de alimentos como aplicação simultânea da ciência e da Engenharia na fabricação, distribuição e consumo dos produtos alimentícios. O processamento das matérias primas básicas como: leite, frutas, verduras, legumes, grãos, pescados e carnes, em produtos de consumo enlatados, embutidos, defumados, refrigeradores, congelados, desidratados, destilados, fermentados, etc; é feito com base em um complexo de conhecimentos científicos sobretudo químicos, físicos, matemáticos e biológicos associados aos de engenharia tecnológica e completados com conhecimento de Ciências Sociais e Humanas.

O curso superior de Tecnologia de Alimentos visa pois a formação de profissionais diferenciados aptos a orientar e dirigir tecnicamente a industrialização de alimentos, a inspeção e higiene, a análise, controle de processos, planificação técnica e econômica, o ensino e a pesquisa.

O aumento demográfico do mundo, impressionante sobretudo na América Latina, e as perdas enormes da produção por deficiência de industrialização exige que as atenções dos governos se dirijam, cada vez mais, para produção, industrialização e conservação de alimentos. Daí a enorme importância que hoje se dá a criação de escolas de Tecnologia de Alimentos.

O Brasil principalmente com sua enorme extensão territorial, longas distâncias entre os produtores e consumidores, diferenças de climas e bem conhecidas perdas de sua produção agrícola (calculadas em 20%), necessita de Escolas de Tecnologia de Alimentos para poder estudar os problemas de abastecimento e dar solução conveniente ao da alimentação de sua população, em geral subnutrida e que cresce assustadoramente dia a dia.

Continuando sua exposição, insistiu o Dr. **Tosello** em que o Brasil não possui nenhum curso de Tecnologia de Alimentos. Apenas no ano de 1965 foi organizado um curso pós-graduado por colaboração entre a Faculdade de Farmácia e Bioquímica, a Escola Politécnica e o Centro Tropical de Pesquisas e Tecnologia de Alimentos, constituído de três disciplinas de um semestre cada. Até a pouco tempo, proseguiu S.S,^a a criação do curso superior de Tecnologia de Alimentos constituía problema de difícil solução visto que ele exige grandes instalações de laboratórios e custosas usinas semi-industriais para processamento de alimentos. Agora porém este sério problema brasileiro está grande resolvido com a instalação do Centro Tropical de Pesquisas e tecnologia de Alimentos em Campinas, órgão criado por convênio entre o Brasil e a ONU, mantido pelo governo do Estado e a FAO. AS instalações do Centro Tropical são consideradas como das melhores e mais completas do mundo, motivo pelo qual sua

colaboração para os cursos de uma Faculdade de Tecnologia de Alimentos é imprescindível para o ensino da parte de aplicação profissional. Considerando-se de outro lado que a instalação da Faculdade de Engenharia na Universidade de Campinas exige a criação dos cursos de Matemática, física e Química e ainda que a Faculdade de Medicina já ministra o ensino das Ciências Biológicas, conclue-se que estão satisfeitos todos os requisitos para a implantação da Faculdade de Tecnologia dos Alimentos de tão necessidade sócio-econômica.

A impressionante exposição do ilustre Diretor do Centro e o Conhecimento que já tínhamos do problema, que preocupa aliás o ilustre Presidente da CEASA Prof. **Vespasiano Consiglio**, das perdas consideráveis de sobras de alimentos perecíveis por falta de industrialização, levaram a Comissão Organizadora a solicitar ao Dr. **Tosello** que pusesse por escrito seus argumentos e elaborasse um ante-projeto de curso a ser submetido à apreciação do Egrégio C.E.E.

Conhecendo o assunto em profundidade não só por longa experiência como por conhecimento pessoal do que se faz longa experiência como por conhecimento pessoal do que se faz nos grandes países europeus e nos E.E.U.U, apresentou o Dr. **Tosello** um estudo substancial intitulado “Contribuição para o Estabelecimento da Faculdade Tecnologia de Alimentos na Universidade de Campinas” (vide anexo). O estudo, compreende os seguintes capítulos:

1) Introdução, na qual resume os dados e argumentos expostos oralmente à Comissão Organizadora.

2) O ensino da Tecnologia de Alimentos nos mais diversos países sobretudo nos E.E.U.U. (schools of Food Sciene, Food Sciene And Technology, Food Enginering), na França (École Superiur des Industries Agricoles et Alimentaires), na Espanha (Escuela de tecnologia de Alimentos), na Alemanha (Iendwistschaftliche Tecnologia) etc;

3) Currículos onde analisa meticulosamente a estrutura didática e os graus dos cursos de Tecnologia de Alimentos nos diversos países, sobretudo nos E.E.U.U. Alemanha e França e Espanha.

4) Ante-projeto de currículo para a possível Faculdade de Tecnologia de Alimentos da Universidade de Campinas, dividido em dois ciclos de dois anos:

a)Formação científica de base (Matemática, Física, Química, Biologia, Ciências Sociais, Português e uma língua estrangeiras).

b) Formação científica e profissional que pode ser subdivida em b1 –Formação Científica Específica e b2 –Formação Profissional.

Detalhes do currículo proposto podem ser apreciados no estudo do Dr. Tosello. Por isso é considerando que a implantação dos Institutos Básicos de Física, Química, Matemática e Biologia na Universidade de Campinas permite ministrar os cursos básicos da proposta Faculdade de Tecnologia de Alimentos; considerando que existem em Campinas as magníficas instalações do Centro Tropical de Pesquisas e Tecnologia de Alimentos de Campinas, de laboratórios das ciências de formação científica, especificada e de Usinas piloto para a formação profissional com pessoal competente e especializado para o ensino e a pesquisa; considerando que a existência de Escolas específicas para o ensino da Tecnologia de Alimentos é reconhecida pelos países desenvolvidos e que todas as razões militam em favor de sua maior necessidade nos países em desenvolvimento como o Brasil onde a sub-nutrição constitui o talvez mais grave flagelo; considerando que em todo o hemisfério sul não existe um só Instituto de Ensino destinado às finalidades específicas visadas por uma Faculdade Tecnologia de

Alimentos na Universidade de Campinas, iniciando-se os cursos básicos juntamente com os de Engenheiro, nos Institutos de ensino básico de Física, Química, Matemática e Biologia.

Faculdades de Ciências: Neste passo a Comissão Organizadora deseja ressaltar, ainda uma vez, o quanto é acertada, lógica, integradora, facilitando e sobretudo econômica, (condição por forma alguma desprezível em país de poucos recursos) a estrutura de uma Universidade alicerçada na existência de Institutos Básicos que reunam em um só ambiente as disciplinas iguais ou afins de todas as Faculdades que a compõe, estrutura até agora só prevista em lei para as Universidades de Brasileiras. Realmente, uma vez satisfeitas as condições indispensáveis de corpo docente capacitado de equipamentos e de biblioteca adequados, de verbas e de espaço físico suficientes para a instalação dos Institutos de Matemática, de Física, de Química e de Biologia, nada impede, ao contrário tudo aconselha, o início imediato dos cursos das Faculdades de Enfermagem, de Engenharia, de Tecnologia de Alimentos e, com iguais razões dos cursos das Faculdades de Ciências. Em relação a esta os Institutos são responsáveis não somente pelo ensino básico mas pelo curso total, complementado pelo de didático geral e especial.

Dispensa-se a Comissão Organizadora de procurar demonstrar aos mais que experimentados educadores componentes do egrégio C.E.E. o quanto se faz necessário a criação de uma Faculdade de Ciência para provar a premente demanda de professores secundários e para formar especialistas dedicados à pesquisa básica e aplicada nos setores da química, da física, da matemática e da biologia. Sobretudo quando, como já se disse, tem a Universidade de Campinas desde já, todas as facilidades para a realização da tarefa. A Comissão Organizadora em consequência propõe ao egrégio Conselho Estadual de Educação a instalação e o início dos cursos da Faculdades de Ciências da Universidade de Campinas

Faculdade De Engenharia De Limeira: Além das Faculdades já mencionadas acredita a Comissão Organizadora ser perfeitamente viável, como foi relatado em estudo a parte, a integração na Universidade de Campinas de uma Faculdade de Engenharia Mecânica em Limeira, ministrando-se nos Institutos da Universidade os cursos básicos de dois anos e, naquela cidade, ensino de aplicação profissional para o qual a cidade oferece condições adequadas. O mesmo aliás pode dizer em relação às Faculdades de Odontologia de Piracicaba e de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, situadas todas nas proximidades de Campinas. Como se trata nestes últimos casos de Institutos isolados de ensino superior, como tal criados por lei e em pleno funcionamento e se a idéia merecer a aprovação do Conselho, necessária se faz a mensagem do Senhor Governador à Assembléia Legislativa para a efetivação da medida. Naturalmente, e antes de mais nada há que ouvir oficialmente a abalizada opinião dos ilustres Diretores das Faculdades em apreço sobre a idéia, que não é nova. Na verdade, vem sendo ela de há muito tempo defendida oralmente por numerosos professores daquelas Faculdades, e mesmo por escrito pelo emitente diretor da Faculdade de Odontologia de Piracicaba. Acreditamos que sobram razões a esses professores. A verdade “incontesté” é que a criação de institutos isolados de nível superior não representou solução adequada às necessidades verdadeiras da sociedade e

do poder público, sem se falar das difíceis condições administrativas que acarretam ao Governo e aos próprios institutos.

Já escrevemos de outra feita que se impõe a centralização através de ensino comum das disciplinas básicas e de administração integrada, não só porque redonda substancial economia para os cofres públicos como, sobretudo porque a experiência universal demonstrou que os objetivos mais altos da Educação Superior só podem ser alcançados no ambiente de uma Universidade, **de uma instituição que promova e desenvolva os ideais universitários e que complemente a cultura humanista dos futuros profissionais, cientistas, tecnólogos, letrados, filósofos e artistas.**

Os ideais universitários, que constituem o assim chamado **espírito universitário**, do qual tanto se fala e poucos entendem, são os ideais da ciência, de arte, de ética, de pátria e de humanidade. São eles realmente o denominador comum da preparação cultural de todos os estudantes e hão de ser inculcados em suas mentes, durante todo o curso acadêmico. De outro lado, somente em ambiente universitário, sobretudo pela vida em comum no mesmo campus nos dois anos básicos, conseguem os estudantes adquirir e incorporar o conceito de igual importância social das diferentes atividades humanas sejam científicas, técnicas, literárias, filosóficas ou artísticas, desvalorizando-se assim o pernicioso, falso e enganador preconceito vigente entre nós de superioridade de certas profissões. Aprenderão também os estudantes, por essa convivência comum, que as Ciências e as Artes não contêm um fim em si mesmas mas todas elas só contêm um objetivo alto e nobre: promoção do bem estar espiritual, físico e social do homem.

Colégios técnicos: O dispositivo da L.D.B. que tornou possível criação de colégios técnicos junto à Universidades abriu novas perspectivas para o preparo de mão de obra técnica especializada de nível elevado e veio ao encontro de bem conhecida deficiência de elementos intermediários entre o engenheiro e o operário. Ocorre aqui fenômeno rigorosamente idêntico ao observado no exercício da medicina pela carência de enfermeiros e de técnicos em enfermagem. Exército com mais oficiais do que sargento. Felizmente a lei criadora da Universidade de Campinas, cujo projeto foi elaborado pelo eminente Governador **Carvalho Pinto**, assessorado por um grupo de universitários de alta capacidade, previa também a existência de cursos técnicos de nível médio. Já referimos que as indústrias de Campinas construíram e equiparam edifício adequado para a ministração de cursos técnicos mecânica, eletricidade e de eletrônica que colocara a disposição da Universidade. Há também em Campinas, em funcionamento, construída e muito bem equipada pelo Governo do Estado e pela Diretoria do Estado Industrial do MEC, excelente Escola de Química Industrial de nível médio. Para que se faça justiça e para reconhecimento público, citaremos nominalmente os nomes dos principais responsáveis pelo êxito do empreendimento:

Dr. Genovis, diretor da Rhodia Indústrias Químicas e Farmacêuticas e vice-Consul da França em Campinas. **Prof. Armando Hildebrando** que dirige o Ensino Industrial do ministério da Educação com uma eficiência impressionante e com um entusiasmo contagiante fora do comum.

Em Limeira existe também o Ginásio Industrial da Secretária da Educação dispondo grande edifício, necessitando porém de equipamentos modernos para ser transformado em Colégio Industrial.

A Comissão Organizadora, considerando o que foi preconizado pela L.D.B. e pela estadual nº 7655/62, considerando que seria de toda conveniência que a Universidade de Campinas tivesse sob sua égida os colégios técnicos referidos e considerando por fim a urgente necessidade de técnicos diferenciados de nível médio para a indústria, propõe ao Conselho que **autorize a assinatura dos convênios indispensáveis à consumação desse objetivo com as entidades oficiais ou particulares mantedoras daqueles cursos.**

Planejamento da Cidade Universitária de Campinas

Introdução: Havendo recebido o encargo de planejar e de tomar as medidas adequadas à implantação de uma Universidade e devendo, por outro lado, construir desde logo um edifício para abrigar as cadeiras básicas do curso da Faculdade de Medicina, em pleno funcionamento, devia a Comissão Organizadora como já foi dito, antes da construção da cidade Universitária como um todo integrado que refletisse arquitetonicamente e, portanto funcionalmente a estrutura didático-científica moderna que a lei criadora lhe conferira. Devia ao depois conseguir área de terra suficientemente ampla junto de via asfaltada, exigindo pouca movimentação de terra, dispondo das rede de serviço de luz, força e telefone e com possibilidade de suprimento abundante de água. Já contamos como o problema de área já foi adequadamente resolvido sem qualquer despesa, graças ao espírito público de **Adhemar de Almeida Prado.**

Unidade na Universidade dos conhecimentos.

Pensamento Diretor: Se é certo que compete aos arquitetos e elaboração de todos os projetos de uma Cidade Universitária, tanto do plano urbanístico diretor quanto dos serviços e dos edifícios que a hão de compor, cabe à Comissão Organizadora da Universidade oferecer aos arquitetos os seguintes elementos fundamentais que norteassem a sua difícil tarefa:

- 1- Definição precisa dos objetivos perseguidos pela Universidade como um todo e pelos institutos e faculdades especificamente.
- 2- Definição das atividades fim dos institutos que centralizam conhecimentos afins dos cursos que todos os estudantes devem frequentar, sem exceção, para que os projetos contemplem a facilitação de intercâmbio e colaboração dos vários Institutos e Faculdades através da proximidade física dos edifícios.
- 3- Definir as atividades meio, desde as Reitoria e as escalas de importância delas.
- 4- Estabelecer quais atividades meio a serem centralizadas (Administração, Biblioteca, Contabilidade, Tesouraria, Pessoal, Alunos, Almoxarifado, Oficina, etc..) como centralizadas devem ser as atividades didáticas e de pesquisa.
- 5- Conceituar os Institutos, Faculdades e Serviços da Universidade como usinas de produção de trabalho, em um país carente de recursos, a serem abrigadas portanto em edifícios sóbrios, sem fachadas imponentes e sem os luxos de acabamento e de espaços construídos sem qualquer utilidade mas que encarem brutalmente e criminosamente o preço das construções. Havendo área de terreno abundante os edifícios não devem ter mais de três andares, não exigindo portanto elevadores, com a única exceção da biblioteca central e por motivos que adiante exporemos.

- 6- Estabelecimentos de um modo de construção a ser refletido em todos os edifícios que permita a uniformização dos materiais e conseqüentemente substancial economia de custo. Os edifícios serão feitos de molde a disporem de amplas áreas, com um mínimo de alvenaria fixa, áreas que serão divididas através de paredes removíveis permitindo, por essa forma, alterações rápidas e em fundação de necessidades supervenientes. As canalizações de água, luz, gás, e esgoto serão todas a descoberta para facilitar o conserto dos desarranjos tão frequentes.

Acredita a Comissão Organizadora ter algumas credencias que habilitam oferecer aos arquitetos alguns pensamentos diretor claro e bem definido, pensamento que lhes permita elaborar os projetos sem a angústia resultantes das incertezas e indecisões podendo portanto conhecer e obter dentro dele e de suas naturais limitações o máximo de belo, tão necessário de funcionalidade, de solidez e de economia. As credenciais da Comissão Organizadora resultam:

- a) de participação ativa por 31 anos no processo de crescimento progressivo da USP, desde a sua fundação com a experiência de todos os seus problemas e dificuldades, por sua vez insolúveis, resultantes de estrutura federativa que caracteriza as Universidades brasileiras, problemas que dificultaram enormemente a tarefa da concepção e de construção da Cidade Universitária, do Butantã.
- b) de conhecimento “de visu” das Cidades Universitárias das melhores Universidades dos E.E.U.U. e da Europa, tanto ocidental como oriental.
- c) de vivência em função de direção, da Universidade de Brasília cujos projetos de estrutura didático-científico-administrativa como da Cidade Universitária são únicos e não podem ser comparados à nenhum outro e representaram uma experiência de significação transcendental no processo histórico-evolutivo da educação superior. Ninguém pretende certamente que a estrutura realmente adequada da Universidade de Campinas realizará o milagre de incurtir talentos e qualificações e habilidades incomuns e que existe em indivíduos bem dotados por hereditariedades. O que se predente é que a Universidade de ofereça aos estudantes, através de uma estrutura didática-científica adequada de formação profissional, científica, literária, ou artística se para esses fins tiverem capacidade e vocação.

A Cidade Universitária

Ao ver da Comissão Organizadora o projeto da construção da Cidade Universitária a de refletir arquitetonicamente os seguintes princípios fundamentais de filosofia de Educação Superior e das idéias significa ao nosso pensamento Diretor:

- a) Universidade significa unidade na Universidade. O bem bem estar espiritual, físico, e social do homem é o alto objetivo perseguido pela cultura e é esse objetivo que unifica e confere nobreza à todas as formas de atividade cultural.
Os institutos de Matemática, física, química, Biologia. Geo-Ciências, Letras, Artes e Ciências Humanas responsáveis pela formação básica de todos os estudantes, quaisquer que sejam suas futuras destinações profissionais não podem ser mais concebidas como unidades independentes desde que o progresso de conhecimento demonstrou a completa interdependência e subordinação recíproca de todas as ciências.
- b) Uma vez conferidos aos estudantes no campus da Universidade, e através de intensavivência comum, por dois anos, os alicerces em que hão de apoiar

solidamente sua formação profissional e de receber a indispensável cultura humanística, pode o aprendizado profissional ser feito em Faculdades localizadas, no campus ou fora dele segundo o ditarem as circunstâncias ou conveniências.

Aceitos esses princípios básicos ocorreu a indagação de como traduzir no Projeto arquitetonicamente a idéia de unidade de pensamento e de ação da cultura humana, a ser inculcada e desenvolvida pelos Institutos Centrais e constituindo o “cuore” do sistema.

Na U.N.B. a solução integradora do projeto Niemayer limitou-se a reunião das Ciências Físicas, Químicas, Matemática, Biológicas, e Geo Ciência em um só edifício monumental, com 720 metros de fachada e com 120.000m² de área construída das quais apenas 70.000 utilizáveis como laboratório salas. O edifício em fase de construção é realmente de beleza impressionante tendo à frente o lago imenso de Brasília. Sucede porém que as Artes, as Ciências Humanas, a Biblioteca central e a Reitoria serão localizadas em edifícios outros, distantes entre si e do grande prédio do Instituto Central de Ciências, rompendo-se fisicamente assim o conceito da Unidade na Universalidade dos conhecimentos.

Imaginamos mesmo que, compondo a fachada do edifício da Biblioteca, se construa uma fonte de água abundante e cristalina que traduza simbolicamente o sentido que a biblioteca tem de fonte de sabedoria onde todos os cientistas, filósofos, artistas e letrados vão saciar a sede do saber

No interior da praça central não havendo circulação de veículos individuais ou coletivos. A circulação far-se-á por uma avenida perimetral que se passa atrás dos Institutos. Como o terreno doado dispõe de um lago, junto a ele se disporão os campos de esporte e as residências dos alunos.

Os edifícios das Faculdades, Hospital, serviços, etc., serão dispostos em setores por afinidades de atividades. Pois foi como consequência das idéias expostas que a comissão Organizadora locou num dos extremos do campus o primeiro edifício da Cidade Universitária, ora em fase de construção, edifício que, como já dissemos terá 5.000 m² de área habitável em um só andar e brigará numa primeira fase, os laboratórios e salas de aula dos Institutos Básicos. Locado porém que seja a praça central e construída nela o primeiro edifício do Instituto Básico, em três andares e com 20.000 m², e para isso já há recursos orçamentários previstos para 1967 – mudar-se-ão para este edifício os laboratórios citados. Nessa ocasião o edifício atualmente em construção, destinar-se-á a abrigar os serviços gerais da Universidade tais como Oficinas de todos os tipos, Almoxarifado-Central, Garagem, etc.

Em continuação e gradativamente serão construídos na praça central os outros edifícios de institutos, próximos uns dos outros.

Aí está, senhor Presidente e Senhores Conselheiros o que fizemos, o que planejamos e o que propomos à sua alta consideração, à vossa experiência e à vossa crítica, sempre construtiva e voltada para um ideal de cultura e de brasilidade. Sabemos que mais poderia ser feito se não ocorressem nossas sabidas limitações.

Não olvidaremos jamais porém de que se algo pode ser realizado pela C. O. tudo deriva do conselho, de apoio, de estímulo, de compreensão e de simpatia que nunca nos faltaram e sempre nos emocionaram, manifestadas em todos os momentos pelos eminentes presidente e vice presidente do egrégio Conselho, OSWALDO MULLER DA SILVA e ARNALDO LAURINDO, pelo ilustre Presidente da douta Câmara do

Ensino Superior e velho companheiro de lutas e ideais universitários Prof. HONÓRIO MONTEIRO, assim como pelos caros colegas do Conselho Pleno.

Ao eminente Governador LAUDO NATEL, homem que a todos nós proporciona uma esplêndida lição de humildade pela dignificante e rara preocupação que caracteriza todos os seus atos de sanear, a duras penas, as finanças do Estado, sacrificando a natural vaidade de deixar obras que marcassem seu Governo, pensando tão somente em preparar bases sólidas para os planos de seu ilustre sucessor, ao ilustre Governador repetimos, deve a Comissão Organizadora a mais profunda gratidão. Compreendeu Sua Excelência as dificuldades da Universidade de Campinas, e a elas deu remédio adequado e no momento certo. Alcançou a oportunidade que se abria à Universidade com a doação de terreno e não lhe faltou com os recursos financeiros necessários para as construções. Sentiu que o investimento era altamente reprodutivo e que atendia a necessidades sociais legítimas. Fique pois aqui consignado toda a nossa admiração ao Governador LAUDO NATEL, em nome também dos corpos docentes e discentes da Universidade e da população campineira.

Senhores Conselheiros - Para hipótese de as propostas apresentadas neste relatório merecem aprovação de vossas Excelências a Comissão Organizadora submete a alta apreciação do C. E. E. o anexo projeto de resolução.

A Comissão Organizadora

- a) ZEFERINO VAZ - Presidente
- b) PAULO GOMES ROMEO
- c) ANTÔNIO AUGUSTO DE ALMEIDA

Exmo. Sr. Prof.
ARNALDO LAURINDO
Dignissimo Vice-Presidente em exercício do Egrégio
Conselho Estadual de educação
São Paulo – SP

Sessão de 12/12/66

CONCLUSÕES DA COMISSÃO ORGANIZADORA DA UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE CAMPINAS

À vista do pode ser realizado pela Comissão Organização e,

a – Considerando que as prioridades preconizadas para a implantação de novos cursos na Universidade de Campinas atendem às demandas e necessidades da coletividade regional, além da estadual e da nacional;

b – Considerando que para a satisfação imediata daquelas necessidades de novos cursos básicos estão satisfeitos as condições indispensáveis de existência do corpo docente capacitado, assim como de equipamentos, biblioteca, edifícios e dotações orçamentárias razoáveis;

c – Considerando que a instalação e o funcionamento imediato dos cursos de engenharia mecânica e de Engenharia elétrica da Faculdade de Engenharia, bem como os da Faculdade de tecnologia de Alimentos, impondo-se como necessidade sócio-econômica, exigem a ministração de cursos básicos de matemática, de física, de química e de biologia;

d – Considerando que o ensino dessas matérias básicas deve ser feito no Instituto de ciências básicas quer porque assim o exige a lei nº 7655, de 28/XII/62, criadora da Universidade de Campinas, quer porque assim a preconizam as modernas diretrizes integradoras da educação superior;

e – Considerando que o Conselho Estadual de Educação aprovou a instalação da Faculdade de engenharia Industrial de Limeira integrando a Universidade de campinas e determinando que seus cursos básicos devem ser lecionados nos institutos da Universidade;

f – Considerando que a experiência de ministração do ensino superior através dos institutos isolados não correspondem às necessidades sociais; não alcançou a preparação humanista dos estudantes e demonstrou ser anti-econômica além de criar dificuldades administrativas e didáticas de toda ordem;

g – Considerando que docentes e dirigentes das faculdades de Farmácia e Odontologia de Piracicaba e de filosofia, Ciências e Letras de rio claro, criadas, instaladas e em funcionamento como institutos isolados e, como tal, havendo sofrido a experiência de continuas dificuldades, têm manifestado o anseio de integrarem à Universidade de campinas;

h – Considerando que, além de aconselhável, ao ver da C. O. será possível e praticável a transferência gradativa dos cursos básicos daquelas faculdades para os institutos da Universidade de Campinas;

i – Considerando que a lei de Diretrizes e bases permite o ensino técnico profissional de nível médio nas Universidades e que lei estadual nº 7655 (art. 2º, item III) já contempla essa possibilidade;

j – considerando que a grave carência de pessoal habilitado aconselha a criação de cursos técnico profissionais em nível de 2º ciclo, para os diversos ramos da engenharia da tecnologia de alimentos e de técnicas de enfermagem;

k – Considerando por fim os fatos: circunstâncias, situações, contingências, planos, obras realizadas e conceitos expedidos no relatório;

A Comissão Organizadora da Universidade Estadual de Campinas cumpre o dever de submeter à aprovação do Conselho Estadual de Educação as seguintes propostas:

1 – Ficam autorizados a instalação e funcionamento na Universidade de Campinas dos Institutos de Biologia, de Matemática, de Física e de Química.

2 – ficam autorizados a instalação e funcionamento das seguintes faculdades:

a – Faculdade de Engenharia (cursos de Engenharia Mecânica e de Engenheiro Eletricista)

b – Faculdade de Tecnologia de Alimentos

c – Faculdade de Ciências (cursos de Química, Física, de Matemática e de Biologia)

d – Faculdade de Enfermagem

3 – Ficam autorizados a instalação e funcionamento do curso de Engenharia Mecânica da Faculdade de Engenharia Industrial de Limeira integrante da Universidade de Campinas.

§ Único – O ensino das ciências básicas dessa faculdade far-se-á nos institutos da Universidade.

4 – Ficam autorizadas a instalação e funcionamento da Universidade de colégios técnicos industriais, de enfermagem e de tecnologia de alimentos.

§ Único – A universidade deverá promover o estabelecimento dos convênios, que se fizessem necessários à boa ministração de seus cursos superiores e técnicos, com entidades oficiais e particulares.

5 – O Conselho estadual de educação representará ao senhor Governador encarecendo o envio de projeto de lei à assembléia legislativa visando incorporar à Universidade de Campinas as Faculdades de Farmácia e Odontologia de Piracicaba e a de filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, passando aquela a denominar-se Faculdade de Odontologia de Piracicaba da Universidade de Campinas.

§ Único - O ensino das ciências básicas dessas faculdades deverá por adaptação progressiva, ser ministrado nos institutos da Universidade.

6 – A universidade de campinas submeterá, dentro do prazo de 180 dias, à aprovação do Conselho Estadual de educação os projetos do Estatuto da Universidade e dos regulamentos dos estabelecimentos que a compõe.

§ 1º - Enquanto não forem aprovados o Estatuto e os regulamentos a Universidade reger-se-á pelo Estatuto e regulamento congêneres da Uniuersidade de São Paulo no que lhe for aplicável.

§ 2º - os casos omissos serão resolvidos pela Câmara do Ensino Superior do Conselho Estadual de Educação.

A Comissão

Sessão de 19/12/66

- a) ZEFERINO VAZ– Presidente
- a) PAULO GOMES ROMEU
- a) ANTÔNIO AGUSTO DE ALMEIDA